



ESCOLA JUDICIÁRIA ELEITORAL DO ACRE
EVANDRO MARQUES DE SOUSA

Plano de Conscientização Política 2018 - 2019



ESCOLA JUDICIÁRIA ELEITORAL
EVANDRO MARQUES DE SOUSA -
EJE/AC

SUMÁRIO

COMPOSIÇÃO	3
REFERENCIAL ESTRATÉGICO.....	4
Missão	4
Visão.....	4
Valores institucionais	4
APRESENTAÇÃO DO PLANO.....	5
FINALIDADE.....	6
DIRETRIZES	7
DEFINIÇÕES	8
ADEQUAÇÃO DO PLANO À ESTRATÉGIA INSTITUCIONAL.....	8
AÇÕES	9
Ações a serem desenvolvidas em 2018:	9
Ações a serem desenvolvidas em 2019:	10
METAS POR EXERCÍCIO	11
2018.....	11
2019.....	11
1. INDICADORES DE DESEMPENHO.....	12
1.1. Índice de Desempenho Social - IDS.....	12
1.2. Percentual Capacitação de Magistrados – PCM	12
REPERCUSSÃO FINANCEIRA DO PLANO SOBRE O CUSTEIO DA UNIÃO.....	13
Exercício de 2018:.....	13
Exercício de 2019:.....	13
ELABORAÇÃO DO PLANO	14
APOIO TÉCNICO	14

TRIBUNAL PLENO

Presidente

Desembargadora Regina Célia Ferrari Longuini

Vice-Presidente

Desembargadora Maria Cezarinete de S. Augusto Angelim

Corregedora Regional Eleitoral

Juíza de Direito Olívia Maria Alves Ribeiro

Juízes Membros

Juiz de Direito Marcelo Badaró Duarte

Juíza de Direito Olívia Maria Alves Ribeiro

Juíza Federal Carolynne Souza Macêdo de Oliveira

Advogado Antonio Araújo da Silva

Advogado Marcos Antônio Santiago Motta

Procurador Regional Eleitoral

Procurador Fernando José Piazenski

COMPOSIÇÃO DA ESCOLA JUDICIÁRIA ELEITORAL

Diretor

Antonio Araújo da Silva

Vice-Diretora

Rogéria José Epaminondas Tomé da Silva

Secretária

Deborah Karen Cavalcante Costa

REFERENCIAL ESTRATÉGICO

Missão

Realizar eleições, garantir o exercício da cidadania e solucionar os conflitos eleitorais.

Visão

Ser reconhecido pela sociedade e pelos servidores, até 2020, como uma justiça efetiva, célere e segura, que combate a corrupção por meio da prestação jurisdicional e da conscientização política do eleitor.

Valores institucionais

- **Aprendizagem:** desenvolver permanentemente conhecimentos e habilidades;
- **Celeridade:** entregar resultados com rapidez;
- **Comprometimento:** atuar com dedicação em suas atividades;
- **Efetividade:** atuar em busca dos melhores resultados;
- **Ética:** adotar comportamentos baseados em princípios morais;
- **Justiça:** atuar consoante a verdade e a lei;
- **Responsabilidade socioambiental:** preparar o cidadão para decidir sobre o destino do país e adotar políticas internas no sentido de preservar o meio ambiente para futuras gerações;
- **Transparência:** agir com clareza e garantir o acesso às informações.

APRESENTAÇÃO DO PLANO

A alteração de paradigmas de valores é a única maneira de evolução social positiva homogênea sem retrocesso.

A par da ideia maniqueísta de que os políticos são ruins e a sociedade é vítima da ação ou omissão de indivíduos, partidos e governos, constata-se que vícios e virtudes somente são encontrados nas pessoas, que são políticos e que, ao mesmo tempo, formam a sociedade. É dizer, políticos não são de Marte! São nossos iguais e espelham com absoluta fidelidade, embora com diferença em proporção, a seiva da sociedade.

Fazemos parte de um corpo social que é altamente ciente da gama de direitos pertinentes e dos caminhos necessários para a concretude ou restauração dos direitos. Nada obstante, esse mesmo corpo é pouco cômico da plêiade de deveres em correlação biunívoca com as prerrogativas adicionadas a cada indivíduo ou grupo de indivíduos.

Identificada uma das causas da enfermidade social brasileira, convém a cada ser social, seja ele físico, jurídico, individual ou coletivo, agir para, na medida de sua missão, influir na conscientização de cada um acerca da importância do exercício e da conceituação de cidadania.

Com este propósito, o Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Acre, propõe o presente plano bienal de conscientização política da sociedade, do candidato e do eleitor, como forma de alcançar sua missão de ser reconhecido como referência também neste aspecto pela sociedade.

Antonio Araújo da Silva
Diretor da EJE/AC

FINALIDADE

A Justiça Eleitoral é responsável por relevante papel de responsabilidade social: a educação para a cidadania política.

Não está limitada a apenas realizar eleições. Seu compromisso social vai muito além. Começa bem antes do voto. Com educação política.

A sociedade pede uma Justiça que fomenta, qualifique e capacite o eleitor e, também, seus operadores, para uma nova realidade social que, de maneira contundente, clama por melhorias diante do fracasso das instituições governamentais, degradada pela presença da corrupção.

Como prova disso, no ano de 2017 o Conselho Nacional de Justiça estabeleceu a todos os Regionais o cumprimento em 2018 da Meta Específica 2, a qual foi concebida pela própria sociedade, após consulta popular. Transcrevo-a:

Promover ações voltadas ao esclarecimento sobre os direitos e deveres do eleitor, a importância do ato de votar, a autonomia do eleitor na escolha do candidato e o exercício do voto consciente.

Não há dúvidas de que o povo despertou de sua apatia política. Percebeu sua importância e o quanto escolhas certas ou erradas contribuem para o bem ou ruína de uma nação.

A sociedade entendeu que o eleitor carece de esclarecimentos sobre seus direitos, deveres.

Entendeu, ainda, que o voto merece atenção especial, que não pode ser banalizado, vendido, apenado. Querem autonomia para escolher seus representantes.

Esse é o único bem que o caos pode trazer: a consciência de que mudanças são imprescindíveis.

Diante deste cenário, a finalidade deste Plano é atingir o objetivo estratégico de promover educação para a cidadania, estimulando posturas éticas que reflitam numa nova cultura de consciência cidadã, no qual a dignidade e honestidade sejam valores inegociáveis.

DIRETRIZES

São diretrizes do Plano:

1. Participação da sociedade na consolidação dos conceitos de combate à corrupção e maturidade política;
2. Disponibilização de informações necessárias à sociedade no sentido de atuar ativamente no combate à corrupção;
3. Capacitação dos cidadãos que pretendam concorrer a cargos eletivos, a fim de combater a corrupção e a improbidade administrativa.
4. Especialização de magistrados da capital e do interior em Direito Eleitoral;
5. Priorização de localidades carentes e(ou) com grande fluxo de eleitores;
6. Priorização de ações de conscientização política em anos não eleitorais, em razão de maior disponibilidade de força de trabalho da Justiça Eleitoral para atuar externamente;
7. Atuação coparticipativa: Secretaria do Tribunal e zonas eleitorais (e os órgãos conveniados);
8. Disponibilização de formulários de avaliação para os públicos alvos que participarem dos eventos de conscientização política, a fim de viabilizar a melhoria contínua;
9. Priorização de ações que habilitem o cidadão ao exercício do voto consciente em anos eleitorais;
10. Racionalização de recursos públicos para execução deste Plano em razão das limitações orçamentárias para o biênio 2016-2017.
11. Execução das atividades na capital e em municípios no interior do Estado, com o apoio dos respectivos cartórios eleitorais.

DEFINIÇÕES

Conscientização política: processo de desenvolvimento crítico da consciência política da sociedade por meio da educação política.

Iniciativas de conscientização política: projetos que contribuam para o desenvolvimento da consciência política da sociedade.

Improbidade administrativa: atos praticados por qualquer agente público que importe em enriquecimento ilícito, lesão ao erário e(ou) atente contra os princípios da administração pública.

Corrupção: comportamento que visa obter vantagem por meios considerados ilegais ou ilícitos.

ADEQUAÇÃO DO PLANO À ESTRATÉGIA INSTITUCIONAL

O plano está em total consonância com a estratégia de atuação deste Tribunal, seja no que se refere às diretrizes gerais, como a missão institucional, seja com relação aos objetivos estratégicos, especialmente do que manifesta a intenção do órgão em contribuir para o combate à corrupção e à improbidade administrativa.

AÇÕES

Ações a serem desenvolvidas em 2018:

N/O	Ações	Descrição	Responsável	Data prevista
1	Palestras de Educação para a Cidadania Política e Cidadania Meta Específica 2	Consiste no oferecimento de palestras com conteúdo sobre Educação Política e Cidadania, as quais serão oferecidas para alunos e professores de ensino fundamental e médio, alunos universitários e demais membros da sociedade civil. Local: Capital e Interior do Estado	EJE	Abr a Set/2018
2	Curso Reforma Política e Eleitoral 2018	Consiste na realização de curso, presencial, credenciado pela ENFAM, acerca das recentes alterações ocorridas no âmbito da legislação eleitoral, jurisprudencial e resoluções do TSE para as Eleições 2018 (EC 97/17, Lei. 13.487/17 e 13.488/17, entre outros). Estudo sobre Sistemas eleitorais brasileiros. Público-alvo: Juízes e servidores Eleitorais Local: Capital	EJE	Março/2018
3	Palestra Propaganda Eleitoral na Internet para as Eleições 2018	Consiste no oferecimento de palestras aos acadêmicos, pretensos candidatos, representantes partidários sobre as orientações jurisprudenciais e normativas acerca da propaganda na internet, com destaque para: Fake News, Bots, Cyborgs, segmentação e microleilões para as Eleições 2018, entre outros aspectos. Possibilitar amplo debate acerca do tema. Local: Capital	EJE	Março/2018
4	Curso credenciado Propaganda Eleitoral com ênfase na internet	Consiste na realização de curso, presencial, acerca das inovações jurisprudenciais e normativas sobre a propaganda na internet, bem como as demais formas de propaganda eleitoral para as Eleições 2018. Público-alvo: Juízes e servidores Eleitorais Local: Capital	EJE	Maió/2018
5	Curso Ilícitos Cíveis Eleitorais e Poder de Polícia	Consistente na realização de curso, presencial, visando a atualização e aperfeiçoamento de Magistrados e servidores da Justiça Eleitoral, membros do Ministério Público, advogados, além de outros interessados, acerca das condutas vedadas, corrupção e poder de polícia na campanha eleitoral e no dia da eleição para as Eleições 2018. Local: Capital	EJE	Maió/2018



6	Curso Ações Cíveis Eleitorais	Consistente na realização de curso, presencial, visando atualizar Magistrados e servidores da Justiça Eleitoral, membros do Ministério Público, advogados, além de outros interessados, acerca dos pontos polêmicos do rito processual, da jurisprudência e dos ilícitos típicos do Processo Eleitoral. Local: Capital	EJE	20 de junho/2018
7	Curso credenciado Ações e Crimes Eleitorais	Consiste na realização de curso, presencial, credenciado pela ENFAM, com o objetivo de aperfeiçoar e capacitar Magistrados e servidores da Justiça Eleitoral, membros do Ministério Público, delegados, advogados, além de outros interessados, acerca das questões relacionadas aos crimes eleitorais, com abordagem da parte geral, teoria do crime, aplicação da pena, parte especial e legislações correlatas. Local: Capital	EJE	Junho/2018
8	Seminário de Direito Eleitoral	De forma presencial, com a participação de servidores da Secretaria (COCIN e SEJUD), destinado aos representantes dos partidos políticos, aos responsáveis pela digitação dos pedidos de registro no sistema CANDEX e advogados dos partidos, a fim de tratar assuntos afetos ao registro de candidatura e prestação de contas. Local: Capital	EJE	Junho ou Julho/2018

Ações a serem desenvolvidas em 2019:

N/O	Projeto	Descrição	Responsável	Data prevista
1	Palestras de Educação para a Cidadania Política e Cidadania Meta Específica 2	Consiste no oferecimento de palestras com conteúdo sobre Educação Política e Cidadania, as quais serão oferecidas para alunos e professores de ensino fundamental e médio, alunos universitários e demais membros da sociedade civil. Local: Capital e Interior do Estado	EJE	Abr a Set/2019
2	Curso credenciado Execuções Penais e Penas Alternativas	Consiste na realização de curso, presencial, credenciado pela ENFAM, com o objetivo de aperfeiçoar e capacitar Magistrados e servidores da Justiça Eleitoral, membros do Ministério Público, advogados, entre outros, acerca das questões relacionadas aos crimes eleitorais, com abordagem da parte geral, teoria do crime, aplicação da pena, parte especial e legislações correlatas. Local: Capital	EJE	Junho/2019



3	Curso de aperfeiçoamento e formação em Processo Penal Eleitoral	Consiste na realização de curso, presencial, credenciado pela ENFAM, com o objetivo de aperfeiçoar e capacitar Magistrados e servidores da Justiça Eleitoral, membros do Ministério Público, delegados, advogados, além de outros interessados, acerca das questões relacionadas ao Processo Penal Eleitoral. Local: Capital	EJE	Agosto/2019
4	Palestra sobre matéria afeta ao Direito Eleitoral	Realizado de forma presencial, destina-se a Magistrados, servidores, advogados, alunos e interessados, e tem como escopo esclarecer aspectos legais, doutrinários e jurisprudenciais das principais temáticas eleitorais, com enfoque nas questões constitucionais.	EJE	Outubro/2019

METAS POR EXERCÍCIO

2018

- Promover ações de educação para a cidadania política para 1500 cidadãos (considerando todos os públicos-alvo).
- Oferecer curso de formação continuada e palestras com matéria de Direito Eleitoral para os juízes eleitorais e servidores, que forem atuar nas Eleições de 2018, bem como palestras acerca de assuntos da Justiça Eleitoral de interesse da comunidade acadêmica, política e demais interessados.

2019

- Promover ações de educação para a cidadania política para 1600 cidadãos (considerando todos os públicos-alvo).
- Oferecer curso de formação continuada e palestras com matéria de Direito Eleitoral para juízes eleitorais e servidores, bem como comunidade acadêmica, política e demais interessados.

1. INDICADORES DE DESEMPENHO

Os indicadores de desempenho destinam-se a medir a gestão sob os aspectos da eficácia, eficiência e efetividade. Monitorando-os, obtêm-se informações objetivas acerca dos resultados alcançados. Conseqüentemente, abrem-se espaços para realização de ajustes em outras iniciativas da espécie.

Ainda considerando o planejamento estratégico do órgão, estão sendo propostos os indicadores a seguir:

1.1. Índice de Desempenho Social - IDS

Objetivo: Incrementar, no âmbito da Justiça Eleitoral, inclusive por meio de parcerias, projetos e ações voltados para o plano social, cidadania e valores éticos.

Tipo: Eficácia. Indicador de Resultado.

Fórmula: Número de Pessoas Alcançadas (NPA) dividido pelo Total de Pessoas Previstas no Plano de Conscientização Político (TPP), multiplicado por 100.

Meta: Alcançar 100% do quantitativo estabelecido no Plano de Conscientização Política.

1.2. Percentual Capacitação de Magistrados – PCM

Objetivo: medir o quantitativo de magistrados alcançados com cursos de especialização em matéria de Direito Eleitoral.

Tipo: eficácia. Indicador de Resultado.

Fórmula: divide-se o total magistrados que receberam cursos de especialização em matéria de Direito Eleitoral pelo total de magistrados que irão atuar nas eleições de 2018 e multiplica-se o resultado por 100 (cem).

REPERCUSSÃO FINANCEIRA DO PLANO SOBRE O CUSTEIO DA UNIÃO

(art. 16, I, LC n. 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal).

A repercussão financeira corresponderá ao valor a ser despendido com as ações que este plano contemplar para cada exercício, envolvendo ações de capacitação e projetos próprios da Escola, os quais constarão da Proposta Orçamentária para o exercício correspondente.

Exercício de 2018:

R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais).

Exercício de 2019:

R\$ 136.878,00 (cento e trinta e seis mil oitocentos e trinta e oito reais).

ELABORAÇÃO DO PLANO

Antonio Araújo da Silva

Diretor da EJE/AC

Rogéria José Epaminondas Tomé da Silva

Vice-Diretora da EJE/AC

Deborah Karen Cavalcante Costa

Secretária da EJE/AC

APOIO TÉCNICO

José Francisco da Silva Galvão
Assessoria de Planejamento, Estratégia e Gestão